

RELATÓRIO PRELIMINAR

I SEMINÁRIO JUVENTUDES, MEIO AMBIENTE E JUSTIÇA CLIMÁTICA



2025

01	Proposta política do seminário	04
02	Mapeamento	08
03	Por que justiça climática?	13
04	As Etapas	16
05	Etapa Nacional	22
06	Carta das Juventudes Brasileiras	34
07	Manifesto das Juventudes PCTs	48
08	Diálogo das Juventudes Lusófonas	53
09	Conclusão	56

O presente documento trata de uma sistematização preliminar referente ao planejamento, gestão e eventos do I Seminário Nacional de Juventudes, Meio Ambiente e Justiça Climática, promovido pelo MMA e da articulação para a jornada de Diálogos Lusófonos pela Educação Ambiental.

Os dados e informações aqui contidos resultam do trabalho de sistematização, pela contratação de consultoria, a partir dos materiais de instrução fornecidos aos participantes, relatórios das etapas, atas de reunião e dados coletados e sistematizados pela Visão Coop em parceria com o MMA, na etapa Nacional do Seminário.

Realização: DEA/SECEX e SNPCT

Parceria: SNJ

Apoio: SBIO e SQA

Consultora: Dandara Vieira de Arimatéa

01

PROPOSTA POLÍTICA DO SEMINÁRIO

O I Seminário Nacional de Juventudes, Meio Ambiente e Justiça Climática, foi uma ação, promovida pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima ao longo do ano de 2024, com o objetivo de mapear as juventudes mobilizadas dentro da temática ambiental pelo país, fortalecer a atuação e engajamento dos jovens em seus territórios, conectando suas lutas, desafios e ações, além de aplicar um processo gameficado de formação política e social destas juventudes e, por fim, colher subsídios, de forma participativa, para a reconstrução do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente.

Desta forma, a formulação do Seminário se desencadeou da percepção de necessidade do desenvolvimento de políticas públicas de meio ambiente com público alvo das Juventudes, reconhecendo a pluralidade destas no Brasil e a relevância do grupo social no cenário político nacional. Concomitantemente, o MMA, assim como demais Ministérios da Esplanada, foi instigado pelo Palácio do Planalto ao desenvolvimento e fortalecimento de programas com juventudes, conjuntamente a necessidade de atualização do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA), criado em 2013 e instituído pela Portaria Interministerial nº 390, de 18 de novembro de 2015.



O PNJMA, publicado em 2015, foi um importante marco na política nacional em termos de compromisso com a participação de jovens nas políticas públicas de meio ambiente, em especial no controle social da gestão ambiental em consonância com o Estatuto da Juventude. Contudo, o documento que, adequado ao cenário histórico, político e ambiental da época de sua formulação, carece agora de um novo olhar que englobe e supra as necessidades e perspectivas das juventudes contemporâneas, dado o cenário político atual e das emergentes demandas socioambientais que se destacam no cotidiano e nos desafios das populações e comunidades, além do fortalecimento da pauta e compromisso com a Justiça Ambiental.

O principal objetivo deste seminário foi promover ação formativa visando o fortalecimento das juventudes na construção da política pública de meio ambiente e mudança do clima e na atuação pela Justiça Climática, em especial junto àquelas juventudes de segmentos mais vulnerabilizados. Entre os objetivos específicos, destacaram-se:

- Promover intercâmbio de saberes e experiências entre jovens de diferentes biomas, visando a formação política;
- Colher subsídios para a revisão do novo Plano Nacional de Juventudes, Meio Ambiente e Justiça Climática (PNJMA);
- Identificar e interligar grupos de articulação de juventudes pelo meio ambiente e clima, a fim aprofundar a percepção de diferentes desafios, experiências e potencializar o compartilhamento de acúmulos de soluções e estratégias de ação;
- Sistematizar os desafios socioambientais dos territórios envolvendo uma escuta sensível aos grupos de juventude;
- Reconhecer as pautas das juventudes de periferia, povos indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) como relevantes à justiça climática;

- Redigir a Carta da Juventude Brasileira pela Justiça Climática, a ser entregue na COP30;
- Promover o intercâmbio entre a juventude brasileira e de outros países da CPLP para construção da agenda de juventude e meio ambiente lusófona.

Buscando a ampla possibilidade de participação e o alcance dos objetivos almejados pela ação, o Seminário, estruturou-se em etapas, desde online autogestionadas, online síncronas até a Etapa Nacional, presencial. As etapas foram vivenciadas sempre em participações por grupos, não ocorrendo a representação de um território ou recorte sociocultural de forma centralizada a um único indivíduo, estimulando um espaço dialógico, plural e democrático. As Etapas, melhor descritas no corpo deste documento, foram desenhadas após um mapeamento inicial das juventudes mobilizadas que nos forneceu insumos para caracterizar melhor estes grupos.



02

MAPEAMENTO

Previamente a abertura de inscrições, foi feito um levantamento de informações e espacialização dos coletivos de juventudes que se identificam como militantes dentro da temática socioambiental.

O mapeamento foi feito a partir de um formulário online de preenchimento por parte de uma representação do grupo, as informações levantaram algumas caracterizações destes grupos como:

- Nome do coletivo/grupo/organização;
- Local sede ou origem do grupo;
- Tempo de atuação;
- Geografia de atuação (em que regiões/territórios atuam);
- Grupos de jovens envolvidos/representados;
- Estratégia de atuação
- Porte do grupo (nº de integrantes);
- É ou possui grupo específico de juventude;
- Tema(s) central(is) do grupo Estado(s) de atuação;
- Dentre as temáticas de Meio Ambiente, quais temáticas/assuntos mais se relacionam com a atuação do grupo.

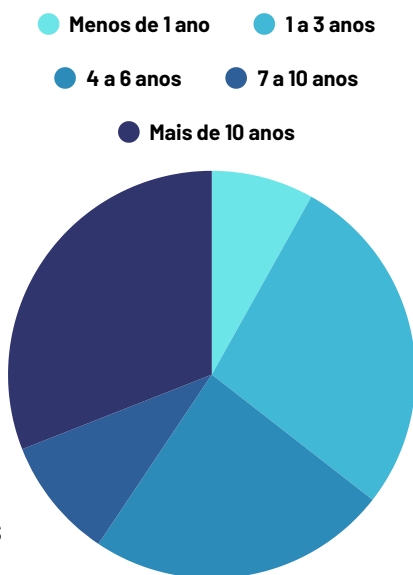
A campanha de mapeamento foi divulgada pelas redes sociais e mailing de mais de 300 grupos, ONGs e institutos conhecidos pelo Ministério. Responderam à pesquisa 198 grupos atuantes, dos quais 178 se identificaram como grupos de juventude ou com grupos específicos de juventude em suas linhas de atuação.

A coleta ampliou também o mailing de grupos e coletivos atuantes na pauta socioambiental para o Ministério, facilitando a via de comunicação e possíveis parceiros para enraizamento das políticas ministeriais no território brasileiro.

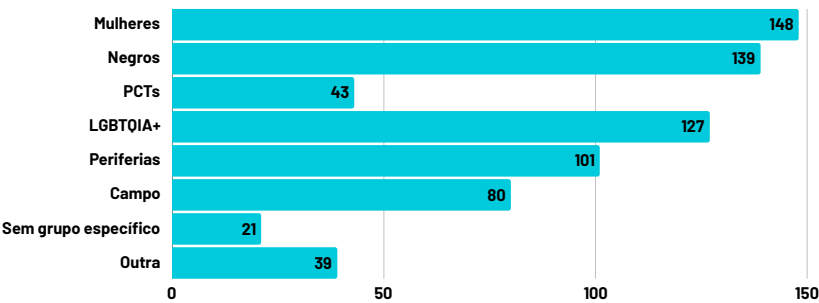


Os dados coletados a partir deste mapeamento é amplo, nele vale destacar algumas relações e informações interessantes como:

Em relação ao tempo de atuação destes grupos identificamos quem **em sua maioria, os grupos têm entre 1 e 6 anos de atuação**, porém com quantidade expressiva de grupos de longa trajetória, que se identificaram como grupos atuantes a mais de 10 anos, e apenas 8,1% grupos recém criados, ou seja, com menos de 1 ano de atuação, o que pode apontar para uma redução de surgimento de novos grupos articulados ou mesmo que as novas juventudes articuladas tem se aproximado e atuado a partir de grupos já estruturados e com trajetória na pauta, hipóteses que carecem pesquisa focada para diagnóstico e conclusão real de origem rumos da trajetória destas novas juventudes atuantes na pauta.

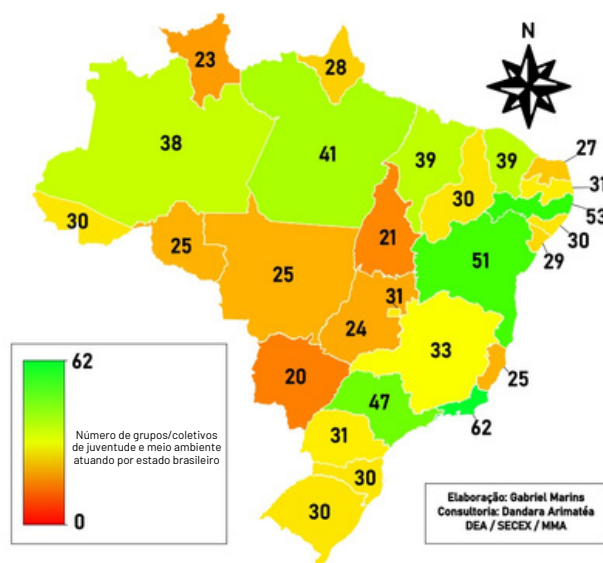


Entender o perfil dessas juventudes que está ativa dentro da pauta socioambiental é importante para o desenho das políticas públicas e da necessidade de diálogo de forma articulada e representativa dessa diversidade. Neste aspecto, foram levantados, entre os 197 grupos participantes do mapeamento, os recortes sociocultural e étnico-racial na composição e representação destes grupos. O observado foi que as **juventudes de mulheres estão presentes de forma majoritária**, registrada em 148 dos 197 grupos, a **juventude negra** está presente em 139 dos 197 grupos, além disso, o público LGBTQIA+ foi descrito presente e representado em 127 grupos, já os jovens de periferia, do campo e de Povos e Comunidades Tradicionais foram registrados em 101, 80 e 43 grupos respectivamente.



Observando-se a distribuição de atuação destes grupos nos 27 estados brasileiros, temos que 25,8% dos grupos atuam em mais de um estado, enquanto 74,2% atuam exclusivamente em um estado. Nesse sentido, Rio de Janeiro, foi o estado identificado com maior sobreposição de grupos atuantes, contabilizando 62 grupos de juventude socioambientais desenvolvendo atividades e mobilizações no estado, seguido por Pernambuco, Bahia, São Paulo e Pará com 53, 51, 47 e 41 grupos atuando na região, respectivamente.

Em menor sobreposição de grupos por estado foram Mato Grosso do Sul, Tocantins, Roraima e Goiás com 20, 21, 23 e 24 grupos atuando no estado, respectivamente. Conforme podemos visualizar no infográfico abaixo.



Este mapeamento representou um primeiro esforço de localizar e categorizar onde e como estão atuando as juventudes brasileiras na temática socioambiental, esses dados possibilitaram uma projeção de alcance e potencialidade do Seminário para estas juventudes, fossem elas já organizadas dentro do tema, ou juventudes que se percebem enquanto agentes sociais interessados pela pauta, porém não organizados dentro de coletivos já existentes.

03

POR QUE JUSTIÇA CLIMÁTICA?

O desafio de lidar com a emergência climática é complexo e global, dependendo de ações políticas para alterar esse cenário e lidar com outras questões socioambientais urgentes que a mudança climática pode agravar. Diante desses impactos, é preciso encontrar soluções em cada bioma e território do país, levando em conta que os impactos atingem a população brasileira de forma desigual.

Essa é uma **década decisiva** e temos pouco tempo para deter o agravamento da crise climática e promover uma transição para um modelo de desenvolvimento justo.

O primeiro balanço global do Acordo de Paris¹, concluído na Conferência do Clima (COP28), em Dubai, mostrou que os países não se estruturaram de forma efetiva para conter o aumento da temperatura global, com ações visando a redução das emissões de gases de efeito estufa. Os impactos acarretarão consequências severas para os ecossistemas e as populações, sobretudo aquelas mais vulnerabilizadas.

O Brasil, no âmbito das políticas de juventude e na perspectiva socioambiental, tem como missão reiniciar o debate entre o governo federal e as diversas juventudes, o que pressupõe reconstituição das estratégias para uma gestão socioambiental baseada na formação continuada e na inclusão socioproductiva sustentável, diversificada e tecnológica, acesso democrático à educação e formação política, bem como à comunicação.

Tais ações devem ser construídas especialmente com jovens de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, da agricultura familiar e camponesa e das periferias urbanas, populações e segmentos mais vulnerabilizados considerando os diversos impactos de eventos climáticos,

¹ <https://unfccc.int/documents/636608>

a exemplo do aumento da severidade de secas, das inundações, das ondas de calor e outros desastres. Pressupõe também o apoio à criação e fortalecimento da organização social e a inserção em espaços efetivos de tomada de decisão.

Assim, é preciso dialogar sobre como as mudanças climáticas já afetam as vidas dos jovens e em especial daqueles que vivem em situação de maior vulnerabilidade social e ambiental. A relação é inversamente proporcional: a parcela da população mais afetada pela crise climática é aquela que menos contribuiu para a mudança do clima. É nesse bojo que se encontram as construções teóricas e práticas da temática das diversas juventudes, meio ambiente e justiça climática: o caminho para mudança do paradigma está no empoderamento das diversas juventudes, sobretudo aquelas mais afetadas pelo modo exploratório e injusto de produção.

04

AS ETAPAS

O I Seminário Nacional de Juventudes, Meio Ambiente e Justiça Climática teve início em 02 de maio de 2024, neste momento a inscrição dos grupos se dava a partir do cumprimento das missões da Etapa Territorial, etapa que ocorreu de forma online e autogestionada. Enquadraram-se aptos a participar do Seminário grupos de no mínimo 5 jovens, de 15 a 29 anos, de um mesmo bioma e, prioritariamente, de territorialidade aproximada. Inscreveram-se **263 grupos**, totalizando **2.775 jovens participantes**.

Etapa Territorial: Iniciada em 2 de maio de 2024, de forma online autogestionada, compreendeu cinco missões que visavam estimular reflexões sobre a realidade territorial e a política nacional. As atividades propostas buscavam fortalecer a percepção dos jovens sobre seus territórios, identificando aspectos de inter-relação entre o bioma, a cultura e a economia local, preparando-os para a Etapa Regional. O cumprimento de uma missão liberava o acesso à próxima, direcionando os grupos na caminhada de preparação, pesquisa e fomento da pauta.

MISSÃO 1

O INÍCIO DA JORNADA

JUNTE PELO MENOS 5 INTEGRANTES, CRIE UM NOME PARA O GRUPO RELACIONADO COM O SEU BIOMA E MARQUEM UM ENCONTRO INICIAL PARA MERGULHAR NOS DOCUMENTOS QUE VÃO AMPLIAR SEUS HORIZONTES SOBRE O MEIO AMBIENTE, JUSTIÇA CLIMÁTICA E MUITO MAIS!

AO FINAL, ENVIEM UM VÍDEO DE NO MÁXIMO TRÊS MINUTOS FALANDO DA IMPORTÂNCIA DESSE PROCESSO PARA O SEU TERRITÓRIO E SOBRE A RELAÇÃO DO GRUPO COM O BIOMA A QUAL PERTENCE, COMO FAZEM PARTE DELE E COMO ISSO SE REFLETE NAS SUAS HISTÓRIAS DE VIDA.

NÃO ESQUEÇAM DE TIRAR UMA FOTO COM SEU GRUPO E ENVIAR UM RESUMO DA REUNIÃO, CONTENDO OS PRINCIPAIS TEMAS CONVERSADOS, QUAIS DOCUMENTOS VOCÊS UTILIZARAM E QUAIS OUTROS INDICAM. ALÉM DISSO, CRIE UM GRUPO DO WHATSAPP PARA MANTER A ENERGIA LÁ EM CIMA DURANTE TODA A JORNADA!

MISSÃO 2

DESVENDANDO OS DESAFIOS



INVESTIGUE O SEU TERRITÓRIO PARA COLETAR RELATOS E INFORMAÇÕES SOBRE A EXISTÊNCIA E CONDIÇÕES DE ÁREAS VERDES, CORPOS D'ÁGUA, QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS ENTRE OUTRAS, PARA DESCOBRIR QUAIS SÃO OS 2 MAIORES DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS JUVENTUDES E COMO ELES AFETAM O SEU BIOMA. NÃO ESQUEÇA DE ANOTAR: QUAIS SÃO AS PESSOAS ENVOLVIDAS, SUAS NECESSIDADES E DEMANDAS.

AH, E NÃO PERCA A CHANCE DE TROCAR IDEIAS E EXPERIÊNCIAS COM A COMUNIDADE! TIRE FOTOS E FAÇA ANOTAÇÕES PARA REGISTRAR CADA MOMENTO DESSA JORNADA DE APRENDIZADO E AÇÃO!

MISSÃO 3

MERGULHANDO NO TEMA



PROMOVA ENCONTROS DE ESTUDO PARA INVESTIGAR OS DESAFIOS MAPEADOS, CITANDO SUAS ORIGENS E CARACTERÍSTICAS. QUEREMOS DESCOBRIR COMO OS DESAFIOS MAPEADOS SE RELACIONAM COM AS JUVENTUDES, MEIO AMBIENTE E JUSTIÇA CLIMÁTICA!

LEVEM EM CONTA AS PAUTAS DAS DIVERSIDADES COMO AS QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA, ETNIA ETC. EXPLORE NA SUA PESQUISA OS CONHECIMENTOS ACADÊMICOS E POPULARES LOCAIS.

CRIE UM DOCUMENTO DE NO MÁXIMO UMA LAUDA PARA REGISTRAR O SEU ESTUDO. NÃO SE ESQUEÇA DE INCLUIR NO FORMULÁRIO AS REFERÊNCIAS QUE FORAM USADAS PARA APOIAR SUAS DESCOBERTAS E UMA FOTO DE CADA ENCONTRO.

MISSÃO 4

MÃOS À OBRA



É HORA DE O GRUPO ELABORAR UMA JOGADA PARA CADA OBSTÁCULO QUE CRUZOU NOSSO CAMINHO! CRIE UM PLANO DE AÇÃO COM PELO MENOS UMA ESTRATÉGIA PARA ENFRENTAR CADA DESAFIO IDENTIFICADO. SUGERIMOS QUE O GRUPO INCLUA NO PLANO OS OBJETIVOS, TAREFAS, AGENTES CENTRAIS, RECURSOS NECESSÁRIOS ALÉM DE MONITORAMENTO E CONTROLE DAS ATIVIDADES.

SEJAM CRIATIVOS E REALISTAS!

MISSÃO 5

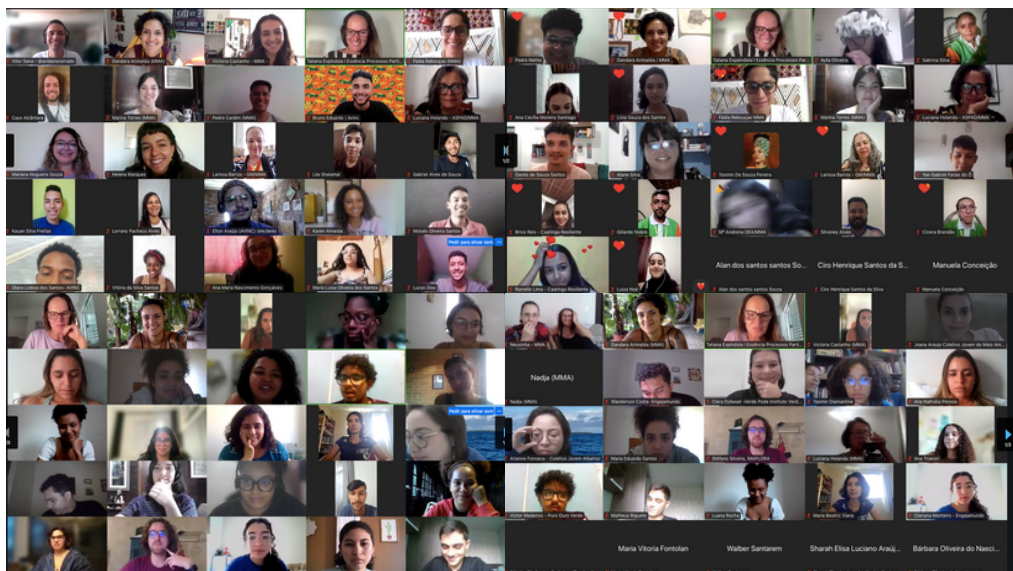
O PNJMA: QUE PLANO É ESSE?



VOCÊS SABIAM QUE EXISTE UM PLANO NACIONAL DE JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE (PNJMA) QUE FOI ELABORADO INSTITUÍDO PELA PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 390, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2015 E QUE AGORA VAI PASSAR POR UMA RECONSTRUÇÃO?

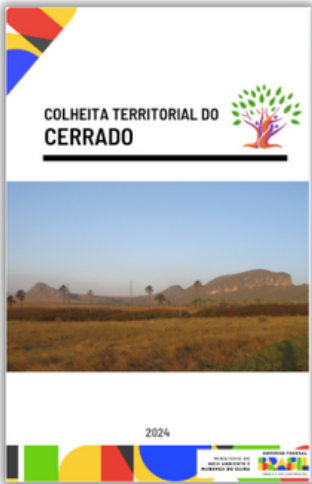
A PARTIR DAS SUAS VIVÊNCIAS NAS MISSÕES ANTERIORES, OBSERVEN AS DIRETRIZES E OS OBJETIVOS DO PLANO E ENVIEM NO FORMULÁRIO SUAS SUGESTÕES DE ALTERAÇÃO, INCLUINDO O QUE VOCÊS CONSIDEREM NÃO ESTAR CONTEMPLADO, PARA DISCUTIR COLETIVAMENTE NO NOSSO SEMINÁRIO REGIONAL.

Etapa Regional: A Etapa Regional, organizada por biomas, aconteceu de forma online, com o objetivo de proporcionar a partilha e articulação entre os grupos que já haviam concluído as missões da Etapa Territorial. Promovendo a troca de conhecimentos e a articulação entre os grupos, incentivando a reflexão sobre as semelhanças e diversidades dentro de um mesmo bioma.



A atividade incluiu momentos de discussão, representação e formulação de propostas e análises, com base nas coletas realizadas na etapa anterior. Durante essa etapa, também foram escolhidos os interlocutores que atuariam como porta-vozes de seus respectivos biomas na Etapa Nacional.

Para tal, os grupos receberam, com antecedência, uma sistematização da colheita da Etapa Regional, construída a partir dos materiais e conteúdos produzidos e enviados pelos grupos neste momento antecessor. Exemplos destes materiais podem ser acessados abaixo.



05

ETAPA NACIONAL

A etapa presencial do I Seminário Nacional de Juventudes, Meio Ambiente e Justiça Climática aconteceu de 21 a 24 de novembro na Reserva Natural Paraíso na Terra ITB, em Brazlândia, Brasília, Distrito Federal. O evento reuniu **81 jovens representantes dos biomas** brasileiros: 20 da Amazônia, 14 da Caatinga, 13 do Cerrado, 20 da Mata Atlântica, 4 do Pampa e 5 do Pantanal. Além disso, 11 jovens de países de Língua Portuguesa participaram do seminário, resultado da parceria com a Rede Lusófona na construção da 3ª Jornada de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global Rumo à COP 30.

As atividades da Etapa Nacional ocorreram na seguinte organização:

Dia 1: Abertura e Contextualização

Dia da chegada dos participantes a Brasília. A abertura do Seminário foi feita no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima com representantes governamentais.



Dia 2: Apresentação Territorial e aprofundamento teórico



Atividades principais:

- Apresentação das expectativas e acolhida com os objetos dos biomas: Os interlocutores dos biomas e os jovens internacionais foram incentivados previamente a levar para o encontro objetos que se relacionem com a cultura de seu território e/ou bioma, promovendo um primeiro contato com a diversidade de culturas presentes no Seminário.
- Dinâmica do Aquário: Momento de aprofundamento teórico, instigado a partir de uma análise de conjuntura e percepção de distintos grupos de juventudes. Discussões com especial foco sobre racismo ambiental, gestão de resíduos, valorização dos PCTs e impactos das mudanças climáticas.

As juventudes neste momento inicial reforçaram que estão em um movimento de regeneração ecológica em que o papel das juventudes é essencial para construir ambientes mais verdes, em especial nas periferias, também como pauta de direito de acesso à vida e dignidade humana. Neste sentido, foi ecoado pelas vozes dos interlocutores a necessidade de existencializar meios políticos de voz das juventudes e a reivindicação de que as juventudes não sejam meras participantes mas sim que devem compor os processos de construção de políticas públicas ambientais que as afetem.



A existencialidade das juventudes a partir de seus territórios e ancestralidade também foi marcada por contribuições no debate de forma a afirmarem “essa é a nossa vida, é o nosso território, a nossa história para mudar”, além da vinculação da justiça climática a justiça social, pontudas como indissociáveis dentro do debate político. Por fim, trouxeram a necessidade de espaços educativos e formativos que favoreçam que as juventudes se percebam dentro do cenário de injustiça climática, tal qual mencionado por um dos jovens “um povo que não se percebe injustiçado não discute a justiça climática”.

“Nossa voz tem de ecoar agora”

“nós somos diversos e biodiversos”

“eu não pensava na natureza pois eu estava em uma escala 6x1”

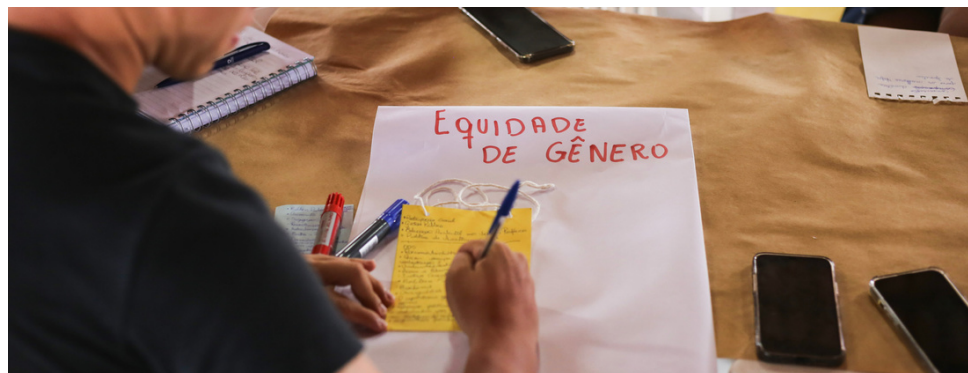


- Trocas Culturais: Reflexões e narrativas sobre a riqueza e os desafios enfrentados nos diferentes biomas brasileiros e nos países lusófonos.

Dia 3: Plano Nacional de Juventudes e Meio Ambiente (PNJMA)

Os grupos temáticos, formados no dia anterior, concentraram-se na formulação de propostas e apresentaram suas idéias a partir dos eixos temáticos propostos.





- Circuito de ideias: Jovens, em grupos, debateram eixos prioritários dentro do processo de reconstrução do PNUMA, de forma que os grupos puderam debater sobre um dos eixos e circular por demais temas em momentos de mudança de mesa, construindo um processo diverso e dialógico. Os temas das mesas de diálogo e proposição foram:
- Justiça Climática e Racismo Ambiental
- Recursos hídricos e direito à água
- Participação social, governança e incidência política
- Conservação ambiental e inclusão socioprodutiva
- Gestão ambiental urbana
- Gestão ambiental rural e em territórios tradicionais
- Equidade de gênero
- Educação Ambiental e Comunicação
- Objetivos, princípios e diretrizes do Plano Nacional de Juventudes, Meio Ambiente e Justiça Climática

1.Participação Ativa das Juventudes:

Inclusão em Processos Decisórios: Existiu um forte consenso sobre a necessidade de incluir as juventudes nos espaços de tomada de decisão relacionados ao meio ambiente. Propostas incluíram a criação de instâncias específicas para juventudes no MMA e a garantia de representação juvenil em conselhos ambientais.

Formação e Capacitação: Destacou-se a importância de programas de educação e capacitação política para jovens líderes, visando promover a incidência política e a participação social.



2. Valorização dos Saberes Tradicionais e Comunidades Locais

Reconhecimento dos Povos e Comunidades Tradicionais: As contribuições ressaltaram o papel essencial de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais na preservação ambiental. As propostas orientaram-se na garantia de demarcação de terras, proteção dos territórios e inclusão desses povos em políticas públicas.

Integração de Saberes Ancestrais: Sugeriu-se a valorização e incorporação dos conhecimentos tradicionais nas práticas de conservação e educação ambiental.

3. Justiça Socioambiental e Combate ao Racismo Ambiental

Enfrentamento das Desigualdades: Os participantes enfatizaram a necessidade de combater o racismo ambiental e promover a justiça climática, especialmente para comunidades historicamente marginalizadas.

Proteção de Defensores Ambientais: Propostas incluíram políticas de proteção para jovens ativistas e defensores dos direitos humanos, além da ratificação de acordos internacionais que garantam sua segurança.

4. Educação Ambiental Transformadora

Currículo Escolar Contextualizado: Houve um consenso sobre a importância de integrar a Educação Ambiental nos currículos escolares, adaptando-os às realidades locais e valorizando os saberes regionais.

Formação de Educadores: A capacitação de educadores para atuar em contextos rurais e tradicionais foi considerada essencial para promover uma educação inclusiva e transformadora.

5. Equidade de Gênero e Inclusão Social

Políticas Públicas Inclusivas: Destacou-se a necessidade de fortalecer políticas voltadas para mulheres, pessoas trans e LGBTQIAP+, garantindo acesso à educação, trabalho e moradia.

Empoderamento Feminino e Trans: Propostas incluíram a criação de comitês de gênero e a promoção do protagonismo de mulheres e pessoas trans em espaços de decisão na pauta socioambiental.

6. Conservação Ambiental e Práticas Sustentáveis

Recuperação de Áreas Degradadas: As propostas centraram na recuperação de ecossistemas, redução do desmatamento e criação de corredores verdes.

Incentivo à Agroecologia: Sugeriu-se a promoção de práticas agroecológicas e sistemas agroflorestais como formas sustentáveis de produção agrícola.



7. Infraestrutura Sustentável e Resiliente

Acesso Universal à Água e Saneamento: Garantir o acesso à água potável e saneamento básico foi considerado fundamental, com propostas para implementar soluções inovadoras e sustentáveis.

Mobilidade Urbana Sustentável: Destacou-se a importância de promover transportes sustentáveis e criar cidades planejadas de forma inclusiva.



- Apresentação de Propostas: Por fim, os grupos detalharam desafios e soluções nos eixos temáticos, incorporando feedbacks e sugestões da plenária, a partir das rodadas de eixos temáticos na dinâmica de forma a construir uma rede de propostas, um olhar transversal para a elaboração de uma política ambiental construída pela e para as juventudes.



Dia 4: Diálogos Lusófonos, 3ª Jornada da Educação Ambiental e Manifestos

O último dia consolidou o processo coletivo, com debates internacionais, elaboração de documentos estratégicos e atividades integradoras. Atividades principais:

- Diálogo Lusófono: Discussões sobre integração cultural e climática entre os países da CPLP, com ênfase na participação juvenil nos processos decisórios.
- Jornada para Educação Ambiental: Reflexões sobre a transversalidade da Educação Ambiental, com destaque para a valorização de saberes tradicionais e soluções regionais.



- Intercâmbio Ambiental: Representantes de países lusófonos tiveram a oportunidade de compartilhar e experiências de desafios e soluções locais relacionadas à educação ambiental e justiça climática com as juventudes dos biomas brasileiros.
- Leitura da Carta das Juventudes Brasileiras pelo Meio Ambiente e Justiça Climática: Documento destacando demandas prioritárias das juventudes de todos os biomas brasileiros, construído a partir dos debates e colheitas durante todo o Seminário.
- Leitura do Manifesto dos PCTs: Juventudes PCTs presentes no Seminário, redigiram e apresentaram em plenária a reafirmação das demandas específicas dos povos e comunidades tradicionais.



06

CARTA DAS JUVENTUDES BRASILEIRAS

Manifesto das juventudes: Somos terras, corpos, águas, florestas e territórios

Nós, juventudes brasileiras das águas, das florestas, dos campos, das áreas urbanas, periféricas e favelas, nos reunimos durante todo o ano em missões territoriais, regionais e nacionais, identificando, a partir de nossos territórios, violações, desafios e propostas para os biomas Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal. Biomas que interligam nossas diversas tradições, culturas, relações com as águas, a terra e a natureza.

Estivemos reunidos em Brasília-DF, entre os dias 21 e 24 de novembro de 2024, durante o Seminário Nacional de Juventudes, Meio Ambiente e Justiça Climática. Nessa ocasião, dialogamos com dezenas de representações de organizações sociais de juventudes, povos e comunidades tradicionais, reconhecendo a diversidade de suas identidades, individualidades e pertencimentos.

Compreendendo a importância das seguridades dos povos e comunidades tradicionais, seus direitos à consulta prévia, livre, informada e de boa-fé, assegurados pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), manifestamos: somos a geração que tem a responsabilidade de garantir a justiça climática a partir da defesa de nossos biomas; somos uma diversidade de povos e grupos étnicos, unidos pela profunda conexão com a natureza.

A Justiça Climática é fundamental para que também possamos estar à frente das negociações e propostas de ações por um futuro mais justo, igualitário, equitativo e participativo, pois não há área de sacrifício isolada. A violência contra um bioma afeta todos os outros. As comunidades tradicionais, do campo, das florestas, das águas, periferias, das favelas e das cidades, as mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas, são guardiãs das áreas naturais do Brasil. Há mais de 500 anos, enfrentamos violências, mas, acima de tudo, nossa história é marcada por garra, resistência e luta.

Algumas das mais nocivas ameaças aos nossos biomas são: o agronegócio; a expansão urbana em áreas preservadas como a especulação imobiliária; grandes empreendimentos como siderúrgicas, eólicas, fotovoltaicas, petrolíferas e mineradoras; chuvas de granizo e de resíduos poluentes industriais; a falta de regularização fundiária, as queimadas criminosas, a monocultura, o desmatamento, o êxodo rural das juventudes, a degradação dos bens hídricos, o uso indiscriminado de agrotóxicos (constantemente liberados pelo governo brasileiro), os correntões, o cercamento e invasão de áreas coletivas; a violência no campo, inclusive com assassinatos, ameaças e perseguições de defensoras e defensores dos biomas; e a escassez de recursos financeiros para a conservação ambiental, os modos de vida tradicionais e a insegurança alimentar e nutricional – entre tantas outras. Há ainda, uma crescente disseminação de narrativas acerca do avanço de processos de desertificação em diferentes biomas (cerrado e caatinga), que tem como efeito imediato o esvaziamento de comunidades rurais.

O avanço acelerado da silvicultura, impulsionado por empresas estrangeiras e nacionais, representa uma grave ameaça ao bioma Pampa, reconhecido como tal apenas em 2004. Centenas de famílias, principalmente em áreas rurais, têm sido forçadas a abandonar suas propriedades e migrar para centros urbanos devido ao isolamento e aos impactos negativos das monoculturas de eucalipto e soja.

Em 2022, o Brasil perdeu cerca de 20 mil quilômetros quadrados de vegetação nativa, principalmente na Amazônia e no Cerrado, impulsionada por desmatamento ilegal, queimadas e atividades do agronegócio. Esses fatores contribuíram significativamente para o aumento da poluição atmosférica, com impactos diretos nas populações urbanas periféricas, rurais e tradicionais. A poluição do ar, resultante principalmente da queima de biomassa e da expansão agrícola, tem sérias consequências para a saúde pública, exacerbando doenças respiratórias e cardiovasculares em até metade da população exposta, especialmente nas regiões mais vulneráveis. Cerca de 40% das comunidades tradicionais enfrentam níveis elevados de poluição, com agravamento nos períodos secos, quando a umidade do ar pode cair abaixo de 30%, intensificando a concentração de partículas poluentes

O pantanal brasileiro é devastado, ano a ano, por queimadas criminosas, seguidas do avanço do agronegócio sobre novas áreas. O uso do solo para plantação de pastagem, proveniente da pecuária, representa um dos maiores fatores de risco para o bioma. Além disso, comunidades tradicionais ribeirinhas, quilombolas e indígenas estão vivendo um contexto de insegurança alimentar, provocadas, mais recentemente, pela Lei da Cota Zero, que proíbe durante 5 anos o transporte e comercialização de pescado em todo o estado de Mato Grosso. Portanto, defendemos a revogação da Lei da Cota Zero (Lei Nº 12.197/2023) e afirmamos a necessidade de implementar programas legislações que abranjam a segurança contra o risco de queimadas, a fim de findar a devastação tipicamente anual que assola o bioma nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O avanço da nova fronteira do agronegócio, denominada MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), tem devastado, segundo estudos publicados em 2024 pelo MapBiomias, cerca de 47% da vegetação nativa da região. Essa expansão do agronegócio, em biomas não apropriados, caracterizada pela monocultura de soja, eucalipto, milho e algodão, tem chegado de forma extremamente violenta, acompanhada por práticas predatórias como o desmatamento em larga escala, a contaminação de rios por agrotóxicos e a destruição de habitats naturais, como os campos alagados e os manguezais. Além disso, a pulverização aérea de uma diversidade de agrotóxicos nessa região tem destruído campos alagados, áreas de manguezais (com o uso de cercas e correntões), acabando com as culturas regionais e a sociobiodiversidade.

Os dados do RAD revelam, ainda, um cenário preocupante para a Caatinga e o Cerrado, apesar da redução geral do desmatamento no Brasil. Enquanto a Amazônia, Pampa e Mata Atlântica experimentaram uma desaceleração no desmatamento, impulsionada em grande parte pela pressão internacional, os biomas do Nordeste e Centro-Oeste sofreram um aumento significativo na perda de vegetação nativa. Essa disparidade evidencia o racismo ambiental que historicamente marginaliza esses biomas e suas populações, negligenciando sua importância para a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos.

Esse processo tem levado ao declínio da produção agropecuária familiar, ao fechamento de escolas rurais e à evasão de jovens, especialmente no campo. Além disso, a falta de políticas públicas direcionadas para as comunidades afetadas e o bloqueio de sinais de comunicação nessas áreas têm agravado a situação.

A Caatinga, por exemplo, registrou um aumento de 43,4% no desmatamento em relação a 2022, com destaque para a perda de 4.302 hectares para a geração de energia solar e eólica. A Bahia concentra a maior parte do desmatamento nos últimos cinco anos, com 439.376 hectares autorizados, representando 51,8% do total desmatado no estado. O Cerrado também apresenta um quadro alarmante, com destaque para o desmatamento no Oeste da Bahia.

É fundamental ressaltar que 97% do desmatamento no Brasil nos últimos cinco anos está ligado à expansão da agropecuária. Essa atividade, associada à geração de energia, exerce uma pressão cada vez maior sobre os biomas, comprometendo a sua capacidade de fornecer água potável, regular o clima e sustentar a biodiversidade

Dados da Fiocruz revelam um aumento de 56% nos casos de suicídio em 2023, em comparação com o ano anterior. Essa situação, que compromete a saúde física e mental dessas comunidades, está diretamente ligada à perda de seus territórios, à violência e à falta de acesso a direitos básicos de saúde e assistência social. Os modos de vida tradicionais, profundamente conectados aos ecossistemas locais, são cada vez mais fragilizados. Segundo especialistas, a subnotificação dos casos é um problema grave, já que a Secretaria de Saúde Indígena conta com apenas 117 psicólogos para atender 801 mil indígenas em todo o país.

É inadmissível que políticas públicas para solucionar a grave crise humanitária dos Yanomami não alcancem as aldeias. Segundo lideranças indígenas, todas as esferas de governo têm falhado em garantir o acesso à água potável, educação e saúde. A invasão de garimpeiros ilegais, a desnutrição e a disseminação de doenças colocam em risco a vida e a

cultura desse povo. A omissão do Estado frente a essa crise é um crime contra a humanidade.

Neste sentido, a baixa efetividade de políticas públicas, inclusive de fiscalização, multas e reconhecimento como crime hediondo as ações contra a natureza, para combater o desmatamento e a poluição do ar, aliada à desigualdades sociais (gênero e raça) agrava ainda mais esse cenário, tornando urgente a adoção de medidas para proteger a saúde da população e o meio ambiente. Afinal, nós, jovens, adolescentes e crianças, vivemos a ansiedade climática.

Os lucros obtidos com a exploração desses bens naturais concentram-se nas mãos de grandes empresas, enquanto as comunidades locais enfrentam sérias dificuldades. A cultura gaúcha, por exemplo, com suas características únicas e sua importância para a sociobiodiversidade da região, está sendo progressivamente erodida pela expansão das monoculturas.

Diante desse cenário, demandamos políticas públicas que combatam as desigualdades sociais e as ameaças aos nossos territórios, reafirmando a importância da defesa dos povos do campo, das águas e das florestas. É urgente a implementação de medidas que impeçam a intensificação de atividades como o fracking (fraturamento hidráulico para a exploração de combustíveis fósseis, principalmente o xisto), que provoca o fraturamento da crosta terrestre e contamina os lençóis freáticos, com uma profundidade de mais de 3 km, causando explosões subterrâneas violentas, colocando em risco a vida de comunidades inteiras e a sociobiodiversidade local.

A devastação dos biomas brasileiros é um reflexo alarmante de uma crise ambiental que ameaça nossas bases de existência. Com mais de 60 milhões de hectares de vegetação nativa degradados – o equivalente a quase três estados do Rio Grande do Sul – e cerca de 20 mil quilômetros quadrados desmatados apenas em 2022, o Brasil vive uma emergência climática sem precedentes.

Em outro cenário, a costa brasileira tem cerca de 8.500Km de extensão e abriga uma grande concentração e diversidade populacional, que se relaciona com a dinâmica do oceano para o regulamento do clima, nos sistemas de trabalho, alimentar, turismo, esporte e lazer. Onde sempre existiu uma rica biodiversidade de populações tradicionais, que desenvolvem práticas sustentáveis de convivência com a floresta e o mar, os ambientes marinho-costeiros, áreas de restinga e mangues têm sofrido um forte processo de degradação devido ao crescimento populacional desordenado e são impactado pela especulação imobiliária em áreas preservadas. Além disso, a dinâmica do curso da água até sua foz, no oceano, envolve o carregamento de todas as problemáticas terrestres, como a presença de resíduos sólidos, especificamente, o plástico; a presença de agrotóxicos, fármacos e resíduos de mineração. Neste contexto, a biodiversidade marinha é impactada e gera um retorno do plástico na cadeia alimentar, afetando, principalmente, as juventudes que estão expostas aos resíduos na fase de crescimento. Desta forma, defendemos a aprovação do Projeto de Lei 2524/2022 "Oceano sem Plástico", assim como a assinatura e ratificação do Tratado Global contra a poluição plástica. Destacamos ainda, as áreas de mangues como grandes captadoras de carbono.

A cada dia, o equivalente a 2.800 campos de futebol são destruídos, comprometendo florestas, águas e solos que sustentam a biodiversidade e os modos de vida de milhões de pessoas. Tais impactos agravam desastres como enchentes e deslizamentos, afetando principalmente populações em situação de pobreza que vivem em áreas de risco. Além disso, aproximadamente 30% dos territórios indígenas demarcados sofrem invasões e exploração predatória, ameaçando os bens naturais e as culturas que dependem deles. Esses números denunciam a dimensão de um colapso que ameaça não apenas o meio ambiente, mas também as culturas, histórias e tradições que os biomas abrigam.

Portanto, é necessário assegurar fundos de financiamento que garantam o pagamento pelos serviços ecossistêmicos desempenhados pelas comunidades tradicionais, com foco nas juventudes, que sejam menos burocráticos e mantidos pelo Brasil e pelas maiores nações emissoras de gases do efeito estufa do norte global. Assim, essas comunidades, que

representam as maiores áreas protegidas do país e são afetadas direta e indiretamente pelos danos provenientes da crise climática, seriam recompensadas pelos serviços de proteção dos ecossistemas. Defendemos a ampliação do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, do Fundo Amazônia e do FunBEA, além do Tropical Forests Forever Facility, fundo internacional que recompensa a proteção de florestas tropicais.

É importante enfatizar que estratégias alternativas de precificação da natureza, como se estabelece o "aclamado" mercado de carbono, passa bem longe do que entendemos como valorização dos serviços ecossistêmicos. Portanto, reivindica-se que essa alternativa de mercado seja desmistificada e que obrigatoriamente perpassa por um processo democrático, inclusivo e transparente. Para que então seja firmado o princípio do poluidor pagador (legitimado legalmente na política nacional de Meio Ambiente-PNMA), e não o do pagador poluidor. Apenas assim assegura-se que essa não é mais uma estratégia de legitimar a poluição e a reprodução do grande capital.

É urgente construir e aprovar novos projetos de lei que sustentam a manutenção da floresta de pé, do direito ao Bem-Viver, da valorização e assistência ampla aos povos tradicionais, às comunidades periféricas, faveladas, urbanas, do campo e das cidades. Sustentamos a necessidade de acelerar a destinação de florestas públicas e potencializar projetos de lei como a Amazônia de Pé, que visa destinar mais de 57 milhões de hectares de florestas públicas na região amazônica. Para garantir um futuro justo, no âmbito das legislações, defendemos, também, a revogação da Lei Kandir (Lei Nº 87/1996), que isenta de impostos os produtos primários, semi-elaborados e serviços a exportação.

Apesar dos avanços, há consenso na comunidade científica nacional e internacional, bem como constantes alertas em diferentes fóruns de política ambiental internos e externos, inclusive nas edições anteriores da Conferência das Partes (COP), de que o Brasil ainda precisa cumprir seus compromissos climáticos.

Dito isto, defendemos a manutenção e a ampliação das políticas públicas que promovam uma relação harmônica com o meio ambiente, pois estamos presenciando os efeitos da maior emergência climática da história da humanidade.

Neste sentido, é urgente a construção, o cumprimento e a ampliação de políticas públicas permanentes que protejam, valorizem e reconheçam as soluções apresentadas, baseadas nos conhecimentos tradicionais, por meio de práticas agroecológicas e de convivência com a sociobiodiversidade. É fundamental que essas juventudes tenham acesso à terra, por meio da reforma agrária, demarcação de terras indígenas, reservas extrativistas e comunidades quilombolas, destinação e regularização fundiária, e que disponham de moradia digna, água potável e de qualidade, crédito, renda e assistência técnica com foco no meio ambiente, garantindo assim uma boa qualidade de vida.

Frisamos ainda a urgência de uma educação ambiental contextualizada e que, além de interdisciplinar, seja aplicada por meio de uma disciplina específica, que reflita e promova nossas práticas artístico-culturais, ancestrais e orais nos territórios, garantindo a inclusão de equipes de estruturas públicas, privadas e terceirizadas instaladas nos respectivos biomas. Essa educação deve estar em consonância com a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), promovendo a integração entre o conhecimento científico e o conhecimento tradicional, e valorizando as diversas pertencas interculturais e inter-religiosas, por meio de diálogos que respeitem as diferentes cosmovisões de mundo.

Sustentamos a obrigatoriedade da participação coletiva e protagonismo dos educadores ambientais e das comunidades para a construção, desenvolvimento, monitoramento e avaliação da Base Nacional Comum Curricular. Considerando as particularidades dos biomas e a diversidade e inclusão regional. Para isso, desejamos que seja reconhecido que a educação ambiental é o que irá formar e conscientizar as nossas juventudes. Dessa forma, necessitamos do fortalecimento do Fundo Brasileiro de Educação Ambiental para viabilizar a aplicabilidade

É fundamental, ainda, investir na formação continuada de professores, capacitando-os para abordar as questões ambientais de maneira transversal e conectada à realidade dos estudantes, promovendo a participação ativa e crítica destes na construção de um futuro mais sustentável.

Compreendemos também que a omissão da Caatinga e do Cerrado da lista de patrimônios nacionais é uma grave injustiça socioambiental que compromete a qualidade de vida de milhões de brasileiros e brasileiras. Esses biomas, que abrigam uma biodiversidade única e prestam serviços ecossistêmicos essenciais, como a regulação do clima e a proteção dos mananciais, são fundamentais para a sustentabilidade do país. Ao contrário dos demais biomas reconhecidos na Constituição Federal, a Caatinga e o Cerrado sofrem com a falta de proteção legal, o que intensifica ameaças como o desmatamento, as queimadas e a expansão da fronteira agrícola. Essa situação tem impactos diretos sobre a vida das comunidades tradicionais que habitam essas regiões, dependentes dos bens naturais para sua subsistência. A inclusão da Caatinga e do Cerrado como patrimônio nacional, por meio da aprovação da PEC 504/2010, é fundamental para garantir a proteção desses biomas e promover o envolvimento sustentável das regiões.

Destacamos também nossa manifestação de apoio à ratificação do Acordo de Escazú. Acreditamos que a assinatura desse tratado internacional representa um passo fundamental para garantir a proteção do meio ambiente e dos direitos humanos no Brasil, pois oferece um arcabouço jurídico sólido para fortalecer a democracia ambiental, promover a participação social nas decisões que afetam o meio ambiente, garantir o acesso à justiça ambiental e proteger os defensores e defensoras ambientais. Afinal, nós, jovens, somos a geração que mais sofre com as consequências das mudanças climáticas e da degradação ambiental. É o nosso futuro que está em jogo. Portanto, a ratificação do Acordo de Escazú representa uma oportunidade única de construir um país mais justo, sustentável e democrático, onde todas as pessoas tenham acesso a um meio ambiente saudável.

Além disso, é fundamental que o Estado brasileiro garanta, de forma efetiva, a autonomia, a autogestão e o protagonismo das juventudes nos mercados e cadeias produtivas municipais, estaduais, regionais e nacionais, proporcionando feiras interculturais e valorizando a agroecologia, a aquicultura, a agricultura familiar e a salvaguarda de bancos de sementes crioulas. Ao respeitar as diversidades, as tradições e as tecnologias ancestrais, promove-se a segurança e a soberania hídrica, alimentar e nutricional. Esse fortalecimento é fundamental para a justiça climática, que, para nós, é, também, sinônimo de sucessão rural.

É imprescindível, também, garantir a segurança e o bem-estar das comunidades urbanas periféricas, favelas e áreas rurais que habitam zonas de risco de desastres ambientais, como inundações e deslizamentos. Para isso, é fundamental identificar e mapear essas áreas, criar programas de habitação de interesse social em locais seguros, investir em infraestrutura básica e promover a participação ativa das comunidades afetadas, especialmente crianças, idosos e pessoas com deficiência, no desenvolvimento de ações de prevenção e preparação para desastres. A implementação dessas medidas requer um investimento significativo em recursos financeiros e a articulação de diferentes setores dos governos e da sociedade civil.

Entendendo que, como previsto na Lei nº 14.026/2020, todas as esferas de governo, órgãos públicos e a sociedade civil devem se unir para universalizar o acesso ao saneamento básico, como premissa para a saúde, envolvimento econômico e produtividade das populações. Porém, comunidades urbanas, urbano-periféricas, favelas, povos e comunidades tradicionais, são, nesse processo, impactadas pelo precário e/ou inexistente acesso a políticas públicas eficientes de saneamento básico.

Nesse sentido, postulamos a criação e implementação de políticas públicas contextualizadas e descentralizadas de saneamento básico e gestão de resíduos em comunidades rurais e tradicionais, assim como a revisão e efetiva implementação equitativa das políticas de saneamento e gestão de resíduos sólidos para comunidades urbano, urbano-periféricas e favelas.

Reivindicamos ainda, maior representatividade de juventudes: mulheres, indígenas, quilombolas, de comunidades tradicionais, negras e negros, Pessoas com Deficiência (PCD), LGBTQIAPN+ nos espaços de construção, participação e decisão política que definem os rumos de nossas vidas. Defendemos, também, o acesso igualitário e de qualidade a todas as políticas públicas que garantam o Bem-viver, a emancipação humana e a construção de uma sociedade mais justa e tolerante.

É inegável que o racismo ambiental atinge de forma desproporcional localidades e corpos mais vulneráveis, como comunidades indígenas, quilombolas, periféricas e favelas, que sofrem mais com os impactos ambientais, como inundações e poluição, mesmo contribuindo menos para a degradação ambiental. Enquanto isso, áreas privilegiadas são protegidas. Esse conceito está intrinsecamente ligado à justiça climática, que busca garantir que as políticas climáticas considerem as desigualdades sociais, promovendo direitos iguais e um ambiente seguro e saudável para todos.

Historicamente, a desigualdade no Brasil, resultado da colonização, perpetuou o racismo estrutural, que se manifesta também no racismo ambiental, com consequências graves para a saúde, a economia e o meio ambiente. Ligado a essa problemática, temos o êxodo rural violento das juventudes brasileiras e, nas cidades, a juventude negra é privada de liberdade em níveis alarmantes. O Brasil é o país que mais mata e encarcera jovens negros, além de privar adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas de sua liberdade. Para todos esses grupos, é fundamental investir em cultura, esportes, educação e saúde física e mental.

Para combater essa realidade, é fundamental investir em políticas públicas que promovam a justiça ambiental, a igualdade racial e a inclusão social, como a criação de áreas de proteção ambiental em territórios tradicionais, o acesso à água potável e à gestão de resíduos sólidos em comunidades periféricas, urbanas e rurais, ou seja, em áreas de vulnerabilidade social, bem como a promoção de educação ambiental para que o reaproveitamento de resíduos passe a ser uma realidade em todos os 5.570 municípios brasileiros.

A 5ª edição do Programa Nacional de Educação Ambiental (2023) menciona a articulação e mobilização social de juventudes como instrumentos de Educação Ambiental. Para isso, prevê o apoio por meio de políticas públicas, fundos e divulgação a consolidação e expansão de Coletivos de Juventude ligados à Educação Ambiental, estímulo à formação e dinâmica de atuação dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente e demais movimentos de juventudes na realização de ações de educação ambiental nas escolas e comunidades. É necessário incentivar, apoiar e retomar a participação dos coletivos jovens de meio ambiente nos municípios, nos Estados e demais movimentos de juventudes em colegiados que atuam em pautas socioambientais.

Como jovens brasileiros, somos herdeiros de um patrimônio natural riquíssimo, mas também somos testemunhas dos impactos devastadores das mudanças climáticas. Diante desse cenário, exigimos ações concretas e urgentes para a mitigação dos efeitos dessas mudanças. A convivência com os biomas brasileiros é fundamental para a construção de um futuro mais justo e sustentável. Defendemos portanto a implementação de políticas que promovam a transição para uma economia de baixo carbono, incentivando o uso de fontes renováveis de energia e a eficiência energética. Além disso, é fundamental garantir a participação efetiva da juventude na tomada de decisões que afetam o nosso presente e o futuro, inclusive com o fortalecimento de coletivos ligados às pautas ambientais.

Diante do exposto, exigimos do Estado Brasileiro e das grandes potências poluidoras um compromisso firme com a proteção dos biomas, o fortalecimento da agricultura familiar agroecológica, a construção de cadeias de sistemas agroalimentares sustentáveis, ampliação de sistemas agroflorestais e de renaturalização/reflorestamento da Mata Atlântica/Cerrado/Pampa/Pantanal/Amazônia, Recaatingamento, e outras alternativas de recuperação de áreas nativas degradadas adequados a cada contexto. Além disso, exigimos também uma transição energética justa e descentralizada para fontes de energia renováveis, em especial para regiões periféricas, urbanas e rurais, populações e povos tradicionais.

Ademais, a participação de juventudes de todos os biomas no processo de formação, construção e preparação para a COP30 já é o começo da justiça climática. Pois, a juventude não é apenas o futuro, a juventude é o agora. As juventudes estão prontas para mobilizar e ampliar a luta por um futuro justo e sustentável. Resistimos até aqui e agora queremos transformar. Sigamos!

Brasília, 24 de novembro de 2024

06

MANIFESTO DAS JUVENTUDES PCTS

Carta das Juventudes dos Povos e Comunidades Tradicionais em Consulta do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente

Brasília, 24 de novembro de 2024

“Nossos passos vêm de longe!”

Nós, juventudes de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), presentes no Seminário Nacional de Juventudes, Meio Ambiente e Justiça Climática, no momento de encerramento do processo de consulta ao Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA), apresentamos nossas demandas e reafirmamos nossos posicionamentos em relação à construção desta política pública.

Somos diversos e plurais, representamos os 28 segmentos reconhecidos pelo Estado, presentes em todos os biomas e regiões do Brasil, cada qual com suas especificidades. Lutamos diariamente pela permanência em nossos territórios, contra a violência aos nossos corpos e direitos, pela conservação do meio ambiente, pela proteção das nossas culturas, ancestralidades e identidades.

Inspirados no Manifesto da Aliança dos Povos da Mata Atlântica, nos reconhecemos como Povos e Comunidades Tradicionais: Povos Indígenas Originários, Andirobeiras, Apanhadores de Flor Sempre-vivas, Caatingueiros, Caiçaras, Castanheiras, Catadores de Mangaba, Ciganos, Caboclos, Cipozeiros, Extrativistas, Faxinalenses, Fundo e Fecho de Pasto, Geraizeiros, Ilhéus, Isqueiros, Morroquianos, Pantaneiros, Pescadores Artesanais, Piaçaveiros, Pomeranos, Quebradeiras de Coco Babaçu, Quilombolas, Retireiros do Araguaia, Ribeirinhos, Seringueiros, Vazanteiros e Veredeiros.

Reafirmamos que “Somos Povos e Comunidades Tradicionais, guardiães e guardiões de saberes ancestrais que nos permitem cuidar de nossa mãe natureza e suas florestas, rios e mares. A Mata Atlântica, o Cerrado, a Caatinga, o Pantanal, o Pampa e a Amazônia são nossa casa, nossa família e nossa missão”.

Nós, jovens representantes desses segmentos, participantes do processo de consulta do PNJMA, reiteramos que nossa participação em espaços de construção como este é indispensável. A biodiversidade brasileira que ainda resiste é fruto da convivência interdependente dos Povos e Comunidades Tradicionais com a natureza.

Não se pode discutir Justiça Climática sem falar dos Povos e Comunidades Tradicionais, pois somos os que preservam e, ao mesmo tempo, os que mais sofrem com os impactos das mudanças climáticas, enfrentando o racismo ambiental de forma escancarada e cotidiana.

Nossa presença no PNJMA é fundamental, pois possuímos uma visão única e profundamente conectada à natureza, resultado de nossas culturas e práticas ancestrais. Somos agentes de transformação dentro de nossas comunidades, multiplicadores de práticas sustentáveis que promovem a conservação dos recursos naturais.

Nossos territórios são cruciais para a preservação ambiental. As áreas que habitamos, muitas vezes ecologicamente sensíveis e ricas em biodiversidade, são manejadas de forma sustentável com base em práticas tradicionais. Essas práticas contribuem para a preservação de ecossistemas, a manutenção de serviços ambientais (como qualidade da água, controle da erosão e polinização) e a mitigação das mudanças climáticas. Além disso, nossos territórios funcionam como barreiras naturais contra a degradação ambiental, o desmatamento e a perda da biodiversidade.

Reafirmamos o que os quilombolas do Vale do Ribeira expressam em seu protocolo de consulta, prévia, livre e informada: “Somos guardiães e guardiões de nossos territórios coletivos. Neles expressamos nossas culturas e tradições, fazemos nossos plantios, produzimos cultura, alimentos, artesanatos, discutimos e construímos melhorias para nossos territórios e famílias. Somos diversos, temos diferenças entre comunidades, mas também muitas semelhanças”.

Reconhecemos a importância deste processo de consulta, mas entendemos que é necessário avançar. Muitos de nós, que não puderam participar, ainda não são ouvidos.

Para que a participação seja diversa e constante, é preciso superar barreiras como falta de acesso à internet, dificuldade de deslocamento e falta de recursos financeiros, que frequentemente impedem a presença de nossas comunidades em espaços de discussão e decisão.

Por isso, reafirmamos a necessidade de fortalecer a juventude em nossos territórios, garantindo a reprodução social e a manutenção de nossas relações culturais, familiares e ancestrais. Reivindicamos, com base na Convenção 169 da OIT, que assegura aos povos tradicionais o direito à consulta prévia, livre e informada, que:

1. Sejam respeitadas nossas formas de organização social e tomadas de decisão;
2. Sejam realizadas consultas específicas às juventudes dos PCTs no âmbito do Conselho Nacional de Povos Tradicionais (CNPCT);
3. Sejam propiciados espaços de consulta com entidades representativas nacionais dos segmentos (como CONAQ, APIB, MIQCB, Coordenação Nacional Caiçara, entre outras);
4. Tenhamos tempo adequado para decidir, com liberdade de escolha e consentimento preservados, sempre que medidas ou atos administrativos, legislativos ou empreendimentos possam impactar direta ou indiretamente nossos territórios.

Reiteramos que é essencial ao poder público conhecer nossas histórias, tradições e culturas, fortalecendo a elaboração de políticas públicas informadas pela nossa vivência e realidade.

Por fim, defendemos que criar um espaço dedicado às juventudes dos PCTs permitirá que nossas demandas e propostas sejam ouvidas de forma mais efetiva e integrada. Isso contribuirá para políticas públicas mais justas e adequadas às nossas realidades. Garantir esse espaço tornará o processo de tomada de decisão mais inclusivo, reconhecendo as juventudes dos PCTs como parte ativa e fundamental na construção de um futuro mais sustentável.

Lutamos por um “Meio Ambiente COM gente!”.

Assinam e apoiam:

Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira
EAAZONE - Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras

MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
Aliança dos Povos da Mata Atlântica

Rede de Comunicadores do Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira

Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto- Bahia

Rede de Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil

Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas CAA/NM

Instituto EcoVida

Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras Instituto Caiçara da Mata Atlântica

07

DIÁLOGO DAS JUVENTUDES LUSÓFONAS



A participação dos jovens internacionais, representantes e articuladores dos países de Língua Portuguesa, é uma das etapas de uma conexão dos territórios, demandas e culturas das juventudes lusófonas. A troca com esses jovens articuladores de seus países, com as juventudes brasileiras interlocutoras pelos participantes da Etapa Nacional, ocorreu de forma a fomentar o enraizamento do debate de juventudes e meio ambiente para além do Brasil. Cada jovem articulador presente partiu do Brasil com a potencialidade e missão de construir uma rede de articulação internacional: discutir e formatar, em seus territórios, as vozes das suas juventudes frente à luta ambiental e pela justiça climática.

Dessa forma, até a COP 30, costuraremos encontros e pluralidades do que emergir dos processos formativos e produções das cartas das Juventudes Moçambicanas, das Juventudes Angolanas, das Juventudes Guineenses e todas as demais cartas dessa vasta juventude lusófona. Essas cartas se encontrarão, a partir das vozes interlocutoras de suas territorialidades, no VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa, para representação e redação de uma carta que conflua as realidades, pluralidades e demandas dessas juventudes lusófonas para o cenário político global, materializando-se a partir da construção conjunta e representativa da Carta das Juventudes Lusófonas Pelo Meio Ambiente e Justiça Climática.

Esta, por fim, será o instrumento político de vocalização de tantas vozes, desde seus territórios, culturas e biomas, até a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, a ser realizada no Brasil, em novembro de 2025.



Sendo assim, o projeto Diálogos das Juventudes Lusófonas pelo Meio Ambiente e Justiça Climática é a construção de uma interlocução intercultural entre os países lusófonos e a Galícia, através de suas juventudes, para compartilhar saberes, experiências e estratégias relacionadas à educação ambiental, mobilização social e participação no enfrentamento das mudanças climáticas. A articulação destas juventudes representa a potencialidade de sensibilização e formação, mas também de ação prática, permitindo que as juventudes sejam protagonistas na formulação, implementação e incidência nas soluções diante dos desafios climáticos.



08

CONCLUSÃO

A caminhada ao longo do ano de 2024, que mapeou, comunicou e ao fim envolveu quase 3 mil jovens em todo o território brasileiro, passando por missões, etapas, produções e revisões de documentos da política ambiental brasileira, foi construída de forma diversificada e dialogada com as juventudes que hoje sentem as mudanças do clima, a urgência no debate e se identificam como potenciais agentes ambientais em defesa do território brasileiro e valorização de sua riqueza cultural, biológica, étnica e econômica. As juventudes participantes trouxeram de forma eloquente em suas contribuições, a expectativa de que o Governo possa ser um potencializador das vozes das juventudes, que possa, através de suas políticas e, em especial do PNJMA, fortalecer a Educação Ambiental crítica e transformadora, como parte do processo de sensibilização das juventudes quanto a importância da participação cidadã e política deste grupo.

Parte do que foi centralizado pelos jovens nos debates, foi a necessidade de que o Plano reafirme que os humanos são parte integrante da natureza, como forma de demarcação política do que queremos como futuro, em direção a uma visão de unicidade ecológica e interdependência, direcionando a interpretação do plano para evitar práticas como greenwashing.

A emergência global de meio ambiente foi trabalhada no seminário com forte interligação a gênero, classe, raça e ancestralidade, como parte inerente da discussão de justiça ambiental e, concomitantemente, de justiça social. Fortalecer o trabalho de conservação promovido por povos e comunidades tradicionais, bem como de escolas familiares agrícolas, o incentivo à participação juvenil em sindicatos e associações, o desenvolvimento de planos emergenciais locais que considerem e respeitem a existência das periferias, a promoção de fóruns permanentes de juventudes, foram algumas das contribuições e reivindicações que ressoaram no Seminário Nacional de Juventudes, Meio Ambiente e Justiça Climática, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima em 2024.

O número de jovens no Brasil está em declínio. Em 2012, havia quase 52 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos, enquanto em 2024, esse número era de pouco mais de 48,5 milhões, o que demonstra um processo de envelhecimento da população brasileira, sendo estes jovens de agora aqueles que terão grande impacto nas decisões políticas, na manutenção ou mudança cultural brasileira. Serão estas as juventudes ativas na construção de formas de viver em sociedade que sejam ambientalmente dignas, em relação a toda vida humana e não humana presente. Estender esforços para políticas especializadas, recursos para formação, consulta e fortalecimento na credibilidade dos espaços de governanças através da participação juvenil é um investimento para o presente e futuro próximo de nosso país. São estas as juventudes que estão já hoje vivendo diretamente os impactos da mudança do clima e, que almejam fazer parte do enfrentamento à injustiça social e ambiental que acomete a vivência deles e delas.



As juventudes estão colocando suas vozes, nas redes, grupos, coletivos e territórios, essas juventudes demonstraram que querem ser representadas nas decisões e desenho de políticas públicas ambientais e sociais brasileiras, rumo a dignidade ambiental e humana.

Os passos dados por essa coletividade ao longo do I Seminário Nacional de Juventudes, Meio Ambiente e Justiça Climática foram parte de uma caminhada de viabilização do presente e construção do futuro. O que foi colhido de forma dialogada com estes quase 3.000 jovens participantes, será uma parte dos subsídios para a **reconstrução do PNJMA**, de forma ecoar a partir dele, as vozes destas juventudes e fortalecer a governança dentro do tema. Além disso, o mapeamento feito prévio ao Seminário é parte da construção de um **Observatório Nacional de Juventudes e Meio Ambiente**, plataforma online, gratuita e georreferenciadas a ser disponibilizada a toda a população brasileira mostrando onde estão as juventudes ambientalistas, como estão atuando no território, suas estratégias e linhas de ação. O Observatório será uma importante ferramenta de visibilizar, conectar e ampliar esses espaços políticos de juventudes e defesa das políticas ambientais.



Em cenário internacional, reconhecendo que a defesa ambiental e das juventudes ultrapassa fronteiras e precisa do comprometimento de todo o globo na busca pela Justiça Climática, o Seminário foi também uma rede para conexão das reivindicações das juventudes de Língua Portuguesa visando ampliar a incidência juvenil nos cenários políticos, como afirmado por um dos jovens participantes:

" Nossa voz tem de ecoar agora"

Redação e Diagramação: Dandara Arimatéa

Fotografias:

pag 23. Acervo MMA

Demais fotografias: Dandara Arimatéa